

# Estudo Técnico Preliminar 3/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23136.000021.2023-90

## 2. Descrição da necessidade

Os campi **Apodi, Ipanguaçu, Mossoró e Pau dos Ferros do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)** exerce a função de escola de ensino médio, técnico profissionalizante e de ensino superior, tendo um papel fundamental na sociedade. O funcionamento dos campi necessita de atividades acessórias, que auxiliam na execução das suas tarefas, como por exemplo, **o transporte de servidores e alunos referentes às demandas administrativas e/ou acadêmicas e o transporte de convidados externos, que algumas vezes participam dos eventos realizados pelas unidades citadas.**

Dessa forma, **não ter o serviço de transporte nesses campi do IFRN poderá gerar diversos prejuízos** as demandas administrativas e acadêmicas, como: impossibilidade de os servidores participarem de capacitações e reuniões em outras cidades; não realização de possíveis diligências fruto de procedimentos licitatórios; e prejuízo ao ensino, devido a não realização de visitas técnicas e aulas práticas, que contribuem diretamente para a formação educacional dos discentes.

Além das necessidades precípua, descrita anteriormente e comum aos campi supracitados, também se faz necessário comentar sobre o cenário em que cada unidade se encontra para necessitar do serviço de transporte:

- **Cenário do Campus Apodi:** A empresa prestadora do serviço () do nosso atual contrato de transporte (Contrato nº 62/2022) não quis renovar por mais um ano, findando o prazo de vigência atual em 03 de abril de 2022. Dessa forma, esta necessidade é urgência para este campus, uma vez que em consulta a empresa, ela não aceitou prorrogar nem mais por 2 meses, para dar uma margem de prazo para o planejamento da nova licitação.
- **Cenário do Campus Ipanguaçu:** O contrato nº 21/2018, contrato anterior de serviços de direção veicular para o Campus Ipanguaçu, teve sua vigência encerrada em 28/01/2023. E pelo trâmite normal dos procedimentos contratuais, seria assinado o Contrato com a nova empresa Kairós Empreendimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.388.076/0001-00, vencedora do certame, do qual Ipanguaçu foi participante. No entanto, a mesma se negou a assinar contrato, descumprindo com sua obrigação. Assim, o campus aderiu a uma Ata vigente, assinando, por um período de 12 meses, o Contrato nº 01/2022 com a empresa JAGUARI EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.519.164/0001-04, que supri parcialmente a nossa demanda, mantendo a continuidade do serviço. Contudo, será necessário uma nova licitação, uma vez que, as diárias disponíveis no contrato atual não atendem totalmente as demandas do campus Ipanguaçu, evitando a descontinuidade na disponibilidade do referido serviço.
- **Cenário do Campus Mossoró:** O contrato 129/2022 representado pela empresa Kairós Empreendimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.388.076/0001-00, que teve início em 01/06/2022 com vigência até 31/05/2023, está a pouco mais de 90 dias para seu encerramento, tendo em vista que a empresa já sinalou através de ofício que não tem interesse em renovar o contrato. Desta forma se torna necessário a contratação de uma nova empresa com o posto de motorista com categoria da CNH no mínimo D e os cursos especializados de transporte de passageiros e escolar, para atender as demandas institucionais referente a condução de servidores e alunos
- **Cenário do Campus Pau dos Ferros:** O contrato nº 28/2022 firmado entre o IFRN Campus Pau dos Ferros e a empresa Kairós Empreendimentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.388.076/0001-00, encontra-se atualmente vigente após a assinatura do 1º termo aditivo de valor e prazo, estando previsto o seu encerramento em 31 de janeiro de 2024. No entanto, a contratada já sinalizou que não tem a pretensão de assinar um novo termo aditivo de prazo, o que requer que a administração do campus providencie desde já a instrução de um novo processo de contratação, evitando assim a descontinuidade na disponibilidade do serviço.

Dessa forma, com a pretendida contratação, espera-se que as atividades principais dos campi envolvidos neste estudo sejam realizadas de forma satisfatórias, especificamente, aquelas ligadas ao transporte de servidores, alunos e do público externo, quando necessário e justificado.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COSGEM/PF	Immer Martins Junior
COSGEM/MO	Jean Declyer Duarte da Silva
COSGEM/AP	Rozendilson Lucena Oliveira
COSGEM/IP	Eliel Tamilo Cunha de Lima

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O serviço contratado deverá atender as necessidade dos órgãos envolvidos neste processo, o qual se constitui no **transporte dos servidores, alunos e terceiros** que porventura necessitem de deslocamento para a realização das atividades institucionais das entidades.

O transporte deverá ser **disponibilizado de imediato** para que a viagem possa ser realizada de forma segura, respeitando os preceitos do **Código de Trânsito Brasileira (LEI Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997)**.

O serviço contratado deverá possibilitar o **aferimento do nível de serviço prestado**, para que os usuários possam se manifestar sobre a sua percepção de qualidade quanto do uso do serviço, adotando, por exemplo, pesquisa de satisfação.

O licitante deverá comprovar, por meio de **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados de fornecimento de mão de obra em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Poderá ser aceito o somatório dos atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. A apresentação de **atestado** comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado deve referir-se, neste caso, a **período não inferior a 5 (cinco) anos**.

O objeto a ser contratado, enquadra-se na **categoria de bens e serviços comuns**, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme XIII, do Art. 6º da Lei n. 14.133/2021;

**O contrato decorrente da licitação terá prazo de duração inicial de 60 meses (5 anos), com base no Art. 106 da Lei n. 14.133/2021:** A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (**ART. 107, DA LEI N. 14.133/2021**).

Os serviços serão prestados nos endereços dos eventuais campi participantes, quais sejam:

Endereços de prestação do serviço

Campus	Endereço	Telefone
Apodi	Rodovia RN 233, KM 02, nº. 1000, Bairro Chapada do Apodi, Apodi-RN, CEP: 59.700-000	(84) 4005-4101
	RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, Ipanguaçu-RN, CEP: 59508-	

Ipanguaçu	000	(84) 4005-4104
Mossoró	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff - Mossoró-RN CEP: 59.628-330	(84) 3422-2652 / 2667
Pau dos Ferros	BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, CEP 59900-000	(84) 4005-4109

Quanto aos **critérios de sustentabilidade ambiental**, a **Instrução Normativa nº 05/2017 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)**, no seu **Art. 1º**, aduz que os órgãos da Administração Pública, quando da contratação de serviços, os editais deverão prever que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

Assim, sendo, o prestador de serviço, por meio de seus empregados, deve-se observar as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e dos índices de poluição, pautando-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pela Contratada, tais como:

- a) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b) Dar preferência ao uso de materiais classificados como sustentáveis, ou de origem de matéria prima sustentável;
- c) Fazer uso racional de água, conforme estabelece o Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, bem como, de energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo; e
- d) Atuar, o supervisor, os encarregados e os líderes de turma, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada;
- e) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
- h) A Contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- i) Recolher todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução do serviço e dispensá-los em local adequado;
- j) A Contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- k) A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os dispositivos do item anterior deste estudo preliminar. Esse documento fará parte dos documentos de habilitação;
- l) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- m) Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens;
- n) Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como: I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação;

o) A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

Na execução dos serviços pelos seus empregados, a empresa deverá prover os seus trabalhadores de equipamentos necessários para a execução correta dos serviços em conformidade com as normas de segurança no trabalho, o que inclui a disposição dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) para cada empregado, bem como, os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), sendo imprescindível a sua reposição no tempo hábil pelo seu desgaste natural. A periodicidade de fornecimento dos EPIs será descrita na Planilha de Insumos.

Em complemento, a **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em seu Art. 6º**, coloca que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- I – uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II – adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III – Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V – realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII – respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII – previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## 5. Levantamento de Mercado

A partir de um levantamento no mercado, chegou-se as seguintes **soluções possíveis** para o objeto pretendido nesta contratação:

**Opção de Solução 01 - TAXIGOV:** Esta é considerada como uma opção no mercado bastante inovadora. Ela funciona de maneira similar ao serviço privado por aplicativo UBER - o qual o usuário, a partir de uma necessidade de deslocamento, solicita uma viagem junto ao aplicativo e ele mostra as opções de locomoção e o seu valor. O TAXIGOV é regrado por meio do Decreto 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, e ele ainda está em fase de implementação em várias cidades brasileiras. No IFRN, essa opção de locomoção foi testada na região metropolitana de Natal-RN, por meio do Contrato n. 58/2021, resultando em uma experiência não muito exitosa devido a questões operacionais, conforme consta no processo 23421.0023201.2020-74, sendo o seu contrato não renovado. **Dessa forma, devido ao insucesso desta solução na região metropolitana, e considerando que os campi que fazem parte desta licitação são localizados no interior do Rio Grande do Norte (regiões oeste e auto-oeste), descarta-se esta opção de solução para o serviço pretendido, por entender que ela não teria condições de funcionar de forma satisfatório e ilimitada em nossa região.**

**Opção de Solução 02 - Locação de veículos com motorista:** Essa opção parece bastante prática, uma vez que o serviço de locação de veículos está bastante difundido no mercado nacional. No entanto, ela parece desvantajosa para nós uma vez que já temos uma frota de veículos para uso imediato, envolvendo carros de passeio e veículos pesados, como ônibus. **Dessa forma, contratar a locação de veículos com motoristas não é uma opção vantajosa, pois a nossa frota ficaria parada. Além disso, em nossa frota há ônibus exclusivo para uso rural, sendo difícil a locação deste tipo de veículo, e também vale salientar que nas cidades de Apodi e Ipanguaçu não há o serviço de locação de veículo disponível no mercado, sendo possivelmente contratada uma empresa de outra cidade, o que prejudicaria o atendimento imediato e ágil de algumas viagens curtas para afazeres diários das atividades administrativas e/ou acadêmicas. Assim, pelos motivos apresentados, descarta-se também esta opção de solução para o serviço pretendido.**

**Opção de Solução 03 - Aquisição do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diárias e fardamento:** Esta opção já é conhecida pelos campi que participam desta licitação, pois é usada atualmente por eles. Ela tem gerado os efeitos esperados e atendida as necessidades de transporte das atividades administrativas e acadêmicas. A sua principal vantagem é a questão do atendimento imediato das necessidades de transporte, uma vez que o serviço envolve a disponibilidade de mão de obra com dedicação exclusiva. Além disso, o instrumento das diárias dar flexibilidade para a realização de viagens mais longas, as quais necessitam de pernoite, por exemplo. Quanto aos valores mensais do fardamento, ele será acrescido na planilha de custo e formação de preço da categoria, de modo a cobrir essa despesa. Caso haja mais de um trabalhador, o valor total mensal será rateado entre eles. Os valores obedecerão aos preços praticados no mercado, com base em valor estimado, definidos por pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal, ou em sites de referência, quando não encontrado naquele. **Dessa forma, esta opção de solução se mostra vantajosa para o serviço pretendido, uma vez que as experiências anteriores mostram que ele oferece flexibilidade, agilidade e rapidez no atendimento das necessidades de transporte dos campi envolvidos neste processo.**

**Conclui-se que,** diante das opções apresentadas anteriormente, aquela que se mostra mais vantajosa é a **Opção de Solução 03 - Aquisição do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diárias e fardamento.**

## 6. Descrição da solução como um todo

Após a conclusão do estudo comparativo entre as soluções a partir do levantamento do mercado, optando-se pela **opção 3 - Aquisição do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diárias e fardamento**, foram identificadas as seguintes características para a solução escolhida:

**A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro de pessoal servidores com tais funções**, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, uma vez que tais cargos foram extintos do serviço público, conforme disposição do artigo 7º da IN nº 05/2017 da SLTI do MPOG e Lei 9.632/98. Ademais, o plano de cargos e salários do IFRN não prevê a contratação, por concurso público, dos cargos relacionados no objeto da contratação visada por este termo de referência.

Os serviços a serem contratados enquadra-se na previsão do art. 1º, § 1º do decreto nº. 2.271/97:

**Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias,**

instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, **transportes**, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta”.

Trata-se de **serviço comum, de caráter continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade **Pregão**, que é uma modalidade de licitação obrigatória para **aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (**XLI, Art. 6º, da Lei n. 14.133/2021**).

O certame deverá possibilitar a ampla **concorrência entre os fornecedores interessados**, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no Edital e Termo de Referência.

**O contrato decorrente da licitação terá prazo de duração inicial de 60 meses (5 anos), com base no Art. 106 da Lei n. 14.133/2021:** A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (**ART. 107, DA LEI N. 14.133/2021**).

O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações(CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CBO e Categoria	Descrição das Atividades
7824-05  Motorista de ônibus rodoviário	Conduzem e vistoriam ônibus e trólebus de transporte coletivo de passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto a tarifas, itinerários, pontos de embarque e desembarque e procedimentos no interior do veículo. Executam procedimentos para garantir segurança e o conforto dos passageiros. Habilitam-se periodicamente para conduzir ônibus.

As atribuições da função de Motorista compreendem, dentre outras, as seguintes:

- Conduzir de veículos oficiais de propriedade do IFRN ou a ele alugados ou cedidos, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos, nas seguintes ocasiões:
- Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço do IFRN, devidamente autorizadas;
- Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial;
- Transporte dos veículos para o posto de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras;
- Transporte de alunos em viagens de cunho acadêmico ou esportivo;

- Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao Setor responsável do campus CONTRATANTE, qualquer irregularidade;
- Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade;
- Manter o veículo convenientemente abastecido e lubrificado;
- Solicitar a todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada;
- Ser pontual no atendimento às solicitações de saída para executar as tarefas que lhe forem atribuídas;
- Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição dos campi CONTRATANTES e atender a tarefas solicitadas pelo setor responsável pelos serviços de transporte;
- Vistoriar os veículos oficiais, verificando o estado geral de segurança do veículo a ele confiado, devendo diariamente inspecionar os componentes que impliquem em segurança, tais como: pneus, nível de combustível, água e óleo do cárter, freios e parte elétrica, dentre outros, para certificar-se de suas condições de funcionamento, além de conduzi-lo para lavagem, oficina e abastecimento, quando necessário;
- Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, fornecido pela CONTRATANTE, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor responsável pelos serviços de transporte;
- Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial;
- Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados;
- Não ingerir bebidas alcoólicas, em hipótese alguma, quando em serviço;
- Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
- Não iniciar conversações com os passageiros (somente quando solicitado) e, zelar pela segurança dos mesmos;
- Não fumar ao conduzir os veículos;
- Nunca parar os veículos por solicitação de estranhos;
- Não ligar rádio e ar condicionado sem a concordância do passageiro;
- Atender com respeito e cortesia todos os passageiros transportados demonstrando interesse pelo serviço executado;
- Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento dos campi do IFRN e de outros órgãos;
- Não atender e nem falar ao celular ao conduzir os veículos;
- Não desobedecer às determinações do Setor de Transporte. Caso o funcionário da contratada necessite permanecer nas dependências da CONTRATANTE por algum motivo particular, após o término da sua jornada de trabalho, deverá fazê-lo sem o uniforme da contratada.

O pessoal da CONTRATADA por ela recrutado, em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, designado para a execução dos serviços, deverá atender, dentre outros, os seguintes requisitos mínimos:

- Os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" ou "E" em caráter definitivo, aptos a conduzir veículos acima de 12 lugares, dentro do prazo de validade, emitida pelo DETRAN;
- Devem constar nas Carteiras Nacionais de Habilitação dos motoristas empregados pela CONTRATADA, os seguintes dizeres, em campo específico: "EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA" (Incluído pela Lei no 10.350 /2001);
- Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS;
- Possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão ao fiscal do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da execução dos serviços;
- Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental, emitido por instituição legalmente credenciada pelo MEC;
- Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;
- Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;
- Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- Exame Toxicológico;
- Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica;
- Ser pontual e assíduo ao trabalho;
- Apresentar equilíbrio emocional, habilidade de relacionamento interpessoal, polidez no atendimento e fino trato.

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Uniforme do motorista

Descrição do Item	Unidade	Quant.
Calça masculina, material: oxford, modelo: social, tamanho: variado, cor: preta	unidade	2
Camisa manga curta social. Características: gola colarinho, bolso frontal, abotoamento frontal, mangas curtas, modelagem regular, tecido em algodão com poliéster ou composição similar.	Unidade	2
Sapato masculino, tipo: social, material: couro, cor: preta	par	1
Meia vestuário masculino, material: poliamida, tipo: social, cor: preta, tamanho: único, aplicação: adulto	par	2
Cinto vestuário - Cinto masculino, modelo social, em couro de 1a linha, cor preta, tamanho a ser fornecido 80, 85, 90, 95, 100, 110 cm, largura 3,5 cm (aproximadamente), fivela de metal prata, tipo regulável.	Unidade	2
Crachá em PVC, contendo: foto recente, nome da empresa Contratada, descrição do cargo, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário. Características adicionais: protetor de crachá rígido, com jacaré / regulador bolinha.	Unidade	1

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- Deverá ser de tecido de boa qualidade e de forma que melhor se adeque ao prestador de serviço, procurando sempre proporcionar as melhores condições de higiene, segurança e conforto ao trabalhador;
- O uniforme deverá ser aprovado pela CONTRATANTE na ocasião da celebração do contrato;
- Caso seja motivadamente recusado, a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para proceder à devida adequação;
- A Contratada ficará responsável pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários à boa apresentação dos uniformes;
- Os uniformes e seus complementos devem ser novos e com a numeração adequada a cada funcionário;

Deverá ser entregue 1 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 12 (doze) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Os serviços serão prestados nos endereços dos eventuais campi participantes, quais sejam:

Endereços de prestação do serviço

Campus	Endereço	Telefone
Apodi	Rodovia RN 233, KM 02, nº. 1000, Bairro Chapada do Apodi, Apodi-RN, CEP: 59.700-000	(84) 4005-4101
Ipanguaçu	RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, Ipanguaçu-RN, CEP: 59508-000	(84) 4005-4104
Mossoró	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff - Mossoró-RN CEP: 59.628-330	(84) 3422-2652 / 2667
Pau dos Ferros	BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, CEP 59900-000	(84) 4005-4109

Os serviços serão prestados em dias úteis, de segunda a sábado, com horário variável de início e encerramento, compreendido entre 7 h e 19 h com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Haverá redistribuição de jornada semanal de Segunda a Sexta-Feira, a fim de compensar as horas não trabalhadas aos sábados, hipótese que não ensejará direito à hora extra.

O horário de trabalho poderá eventualmente ser alterado, observando-se a jornada estipulada e, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, para efetuar viagens e executar tarefas extraordinárias, inclusive aos finais de semana e feriados.

Ao final da viagem o funcionário da contratada deverá coletar a assinatura do requisitante/passageiro no formulário de requisição preenchido.

É de responsabilidade da CONTRATADA o registro e o controle do ponto dos seus funcionários, devendo apresentar à CONTRATANTE, juntamente com o faturamento mensal, a folha de ponto assinada ou impressão dos comprovantes caso opte por usar dispositivo eletrônico.

Caso a contratada faça opção por usar o registro do ponto em equipamento eletrônico biométrico, esta deverá observar o seguinte:

- Em caso de viagens ou deslocamentos que impeçam o registro do ponto no equipamento eletrônico biométrico, o registro das horas trabalhadas se dará mediante folha de ponto manual;
- As horas não registradas no ponto eletrônico, devido às situações descritas no item acima, serão justificadas e comprovadas mediante apresentação da folha de ponto manual, porém o sistema eletrônico de ponto deverá permitir tais ajustes para fins de automatização do controle das horas trabalhadas; e
- Em caso de eventuais problemas no equipamento de ponto eletrônico, as manutenções serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A Convenção Coletiva de Trabalho utilizada pela Administração para elaboração das planilhas foi esta indicada na tabela a seguir:

Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) usada como referência

CCT	Sindicatos	Data base da categoria	Vigência	Aditivos e vigência
RN000183/2021 + Tabela de Reajuste de Salário.	SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICIO, CNPJ n. 01.646.031/0001-87  SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ n. 08.028.938/0001-21	1º de maio	1º de maio de 2021  a  30 de abril de 2023	Tabela Salarial com vigência de 01/05/2022 a 30/04/2023 (anexa ao ETP)

Será exigida da empresa vencedora, a celebração de acordo individual com seus motoristas, para compensação de horas trabalhadas em excesso, com a finalidade de possibilitar a utilização do regime de compensação de jornada e banco de horas, conforme estabelece o artigo 59, §§ 2º, 5º e 6º da Consolidação das Leis Trabalhistas e Súmula nº 146 do TST;

A empresa vencedora deverá apresentar o total parcial de horas extras por cada motorista no vigésimo dia de cada mês, para que seja aplicado o disposto no item acima. Caso o vigésimo dia do mês ocorra em final de semana ou feriado, o total de horas extras deverá ser apresentado impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente;

A definição dos dias para compensação das horas em excesso será acordada entre a fiscalização técnica e a contratada, devendo a compensação ser realizada nos períodos onde houver menor demanda de viagens, para não comprometer as atividades institucionais da CONTRATANTE;

O Cumprimento dos horários são de inteira responsabilidade do preposto da empresa, cabendo exclusivamente a ele a reposição de recursos humanos em casos de faltas, interrupção de carga horária ou requisições de serviços suplementares;

A CONTRATADA deverá, em caso de viagem, antecipar a verba necessária para atender às necessidades pessoais de alimentação e repouso dos motoristas vinculados à demanda.

A CONTRATADA deverá desenvolver critérios para controlar multas e acidentes, utilizando indicadores, e reduzir os custos, além de aumentar a segurança e a saúde dos condutores e terceiros.

Ficará a cargo da empresa vencedora as eventuais despesas com multas e autuações decorrentes da execução dos serviços objetos deste certame.

A qualquer tempo poderá ser retido pela contratante os valores referentes a autuações, multas ou notificações ainda em fase de processamento, até que seja feita a devida quitação pela contratada.

Em caso de acidente com veículo de propriedade do IFRN, além das pertinentes providências legais imediatas, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato, levando-a, se necessário, ao hospital mais próximo do local do acidente;
- Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;
- Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do Contrato;
- Caso ele próprio não precise de atendimento médico, permanecer no local e arrolar, se possível, duas testemunhas;
- Em caso de fuga de outro envolvido, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;
- Não retirar o veículo acidentado do local sem prévia autorização do preposto da empresa, salvo se houver determinação legal em contrário ou de autoridade policial.

Nos casos de ocorrência de acidente, a empresa CONTRATADA deverá:

- Orientar seus empregados para não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;
- Obter o Boletim de Ocorrência Policial junto à Delegacia de Polícia;
- Encaminhar à fiscalização do campus CONTRATANTE, o mais breve possível, cópia do Boletim de Ocorrência Policial, acompanhado de relatório completo e minucioso do fato;
- Apurar as causas, efeitos e responsabilidades, ainda que do acidente resultem unicamente danos materiais;
- Adotar as providências necessárias para imediato conserto do veículo, caso o acidente tenha sido ocasionado por dolo ou culpa do seu motorista;
- Quando a responsabilidade pelo acidente for de terceiros, fornecer ao da Reitoria ou Campi Avançados do IFRN todos os subsídios para acioná-los, com vistas ao ressarcimento das despesas decorrentes.

Quando houver infração de trânsito praticada por seus empregados na condução dos veículos do IFRN, o Instituto deverá observar o seguinte:

- As multas serão encaminhadas à empresa licitante vencedora, que deverá providenciar o pagamento até a data dos respectivos vencimentos, comprovando a quitação junto ao setor de Transportes, no prazo de até 10 (dez) dias;
- O atraso no pagamento das multas, bem como a falta de comprovação do pagamento no prazo indicado no item anterior, sujeitará a empresa licitante vencedora à multa moratória, calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, dos respectivos valores da fatura mensal;
- A empresa Contratada deverá comunicar as ocorrências relativas às infrações de Trânsito ao setor de Contratos, para fins de registro;
- No caso em que um mesmo motorista for reincidente no cometimento de infrações de trânsito ou dependendo da gravidade da falta, o IFRN poderá solicitar sua substituição à Contratada, sem qualquer ônus adicional.

Durante o contrato será adotado o instrumento de **CONTA DEPÓSITO-VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO**, como mecanismo de diminuição de riscos da execução do contrato, conforme inciso I do parágrafo 1º do Art. 18 da IN nº 05/2017.

Durante a execução do contrato, a empresa contratada deverá indicar um **PREPOSTO da empresa**, que deverá ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Campus	Grupo	Item	Descrição	UND	Quant. Mensal	Quant. Anual	Quant. 5 anos	Fundamentação da quantidade
Apodi	1	1	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista, (44h semanais, CBO 7824-05) - Campus Apodi.	Posto	1	12	60	Contrato atual do campus (62 /2022), processo: 23136.000450.2022-86 (contrato em anexo ao ETP)
		2	Diárias inteiras (com pernoite) - Campus Apodi	Unid.	10	120	600	
		3	Diárias meias (sem pernoite) - Campus Apodi	Unid.	15	180	900	
Ipanguaçu	2	4	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista, (44h semanais, CBO 7824-05) - Campus Ipanguaçu	Posto	1	12	60	Contrato atual do campus (273 /2022-PROAD/IFRN) Processo: 23037.001572.2022-16 (Contrato anexo ao ETP)
		5	Diárias inteiras (com pernoite) - Campus Ipanguaçu	Unid.	15	180	900	

		6	Diárias meias (sem pernoite) - Campus Ipanguaçu	Unid.	20	240	1.200	
Mossoró	3	7	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista, (44h semanais, CBO 7824-05) - Campus Mossoró	Posto	1	12	60	Contrato atual do campus (62 /2022), processo: 23093.000837.2022-86 (contrato em anexo)
		8	Diárias inteiras (com pernoite) - Campus Mossoró	Unid.	10	120	600	
		9	Diárias meias (sem pernoite) - Campus Mossoró	Und.	15	180	900	
Pau dos Ferros	4	10	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista, (44h semanais, CBO 7824-05) - Campus Pau dos Ferros	Posto	1	12	60	Contrato atual do campus (28 /2022), processo: 23137.000035.2022-12
		11	Diárias inteiras (com pernoite) - Campus Pau dos Ferros	Und.	10	120	600	
		12	Diárias meias (sem pernoite) - Campus Pau dos Ferros	Und.	10	120	600	

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.534.272,20

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANT. (5 anos)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
01	01	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista,(44h semanais,CBO 7824-05) - Campus Apodi.	15008	Posto	60	R\$ 6.315,18	R\$ 378.910,80
	02	Diárias inteiras (com pernoite)- Campus Apodi.		und.	600	R\$ 210,95	R\$ 126.570,00
	03	Diárias meias (sem pernoite)- Campus Apodi.		und.	900	R\$ 124,74	R\$ 112.266,00
Valor total Campus Apodi:							R\$ 617.746,80
02	04	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista,(44h semanais,CBO 7824-05)- Campus Ipangaçu.	15008	Posto	60	R\$ 6.315,18	R\$ 378.910,80
	05	Diárias inteiras (com pernoite)- Campus Ipangaçu.		und.	900	R\$ 210,95	R\$ 189.855,00
	06	Diárias meias (sem pernoite) - Campus Ipangaçu.		und.	1.200	R\$ 124,74	R\$ 149.688,00
Valor total CampusIpangaçu:							R\$ 718.453,80
03	07	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista,(44h semanais,CBO 7824-05)- Campus Mossoró.	15008	Posto	60	R\$ 6.315,18	R\$ 378.910,80
	08	Diárias inteiras (com pernoite)- Campus Mossoró.		und.	600	R\$ 210,95	R\$ 126.570,00
	09	Diárias meias (sem pernoite)- Campus Mossoró.		und.	900	R\$ 124,74	R\$ 112.266,00
Valor total CampusMossoró:							R\$ 617.746,80

04	10	Prestação de serviços de direção veicular, Motorista, (44h semanais, CBO 7824-05)- Campus Pau dos Ferros.	15008	Posto	60	R\$ 6.315,18	R\$ 378.910,80	
	11	Diárias inteiras (com pernoite) - Campus Pau dos Ferros.		und.	600	R\$ 210,95	R\$ 126.570,00	
	12	Diárias meias (sem pernoite) - Campus Pau dos Ferros.		und.	600	R\$ 124,74	R\$ 74.844,00	
Valor total CampusPau dos Ferros:							R\$ 580.324,80	
Valor Total:							R\$ 2.534.272,20	

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento será adotado nesta licitação, uma vez que há vários locais para a execução do serviço, especificamente, 4 (quatro) campi diferentes, sendo que assim, privilegia-se a ampla competição, por envolver cidades e mercado diferentes.

Neste sentido, o Art. 40 da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), Lei n. 14.133 /2021, diz que: O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: § 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados: [...] III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

**Dessa forma, parcelou-se o serviço a ser contratado por campi do IFRN, constituindo-se em 4 (quatro) grupos de itens similares entre eles.**

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O serviço de Aquisição do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diárias e fardamento **não necessita da realização de contratações correlatas** e/ou interdependentes para que os seus objetivos sejam atingidos.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A futura contratação está aliada com o **Planejamento Estratégico dos campi envolvidos, especificamente com a Perspectiva - Orçamento (OR); Objetivo -**

**Garantir a Eficiência do Gasto Público (OR-2); Projeto Estratégico - Otimização dos Gastos com Contratos Continuados (MA); estando, dessa forma, alinhando ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do órgão.**

Não haverá acréscimo de despesas novas, pois o contrato atual será substituído por aquele fruto desta contratação, com despesas de valores aproximados ao o que é gasto hoje.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a futura contratação, espera-se manter o funcionamento das atividades dos campi **Apodi, Ipanguaçu, Mossoró e Pau dos Ferros** apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão. Em termos econômicos, o tipo de serviço objeto desta contratação é vantajoso e economicamente viável, pois hoje já dispomos de contrato similar, ocorrendo na prática apenas a substituição do contrato atual pelo novo.

Além disso, espera-se com a contratação os seguintes resultados:

- Transporte de servidores, alunos e terceiros para a realização das suas atividades institucionais, como: visitas técnicas, deslocamento para reuniões, deslocamento para realização de aula prática, realização de demandas internas do setor de transporte etc;
- Apoio as diversas atividades finalísticas dos campi envolvidos;
- Por fim, garantir a boa prestação dos serviços de transporte, embasado nos princípios de eficiência e sustentabilidade.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços, tendo em vista que hoje eles funcionam de forma exitosa, e ocorrerá apenas a sua substituição pelo futuro contrato objeto deste certame.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A empresa CONTRATADA deverá zelar pela sustentabilidade fazendo aquisição e uso consciente dos materiais necessários à prestação dos serviços e atender as orientações descritas no GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS para as aquisições e uso dos insumos, a saber:

### **Aparelhos elétricos em geral:**

- Níveis de eficiência energética;

- Fabricante de aparelhos elétricos também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; e
- O eletrodoméstico possui a obrigatoriedade de apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.

### **Resíduos sólidos em geral ou rejeitos:**

- Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente;
- São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público.

A empresa CONTRATADA deverá capacitar periodicamente seus funcionários, conforme a área de atuação, a fim de evitar possíveis contaminações e acidentes com o uso/manuseio de produtos que possam causar danos a saúde e/ou ao meio ambiente (fauna e flora).

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

A equipe de planejamento, pelos elementos presentes neste estudo, declara viável esta contratação de acordo com a solução escolhida para a necessidade.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE AMAURI COSTA FERNANDES**

ADMINISTRADOR



Assinou eletronicamente em 07/03/2023 às 14:05:31.

**LEIDIANA ARCANJO DA SILVA**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO



*Assinou eletronicamente em 07/03/2023 às 16:37:26.*

**KAIZZER RONNO LEITE LIMA**

ADMINISTRADOR



*Assinou eletronicamente em 07/03/2023 às 14:08:31.*

**JOSE WILSON FIRMINO JUNIOR**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO



*Assinou eletronicamente em 07/03/2023 às 14:12:10.*

**ROZENDILSON LUCENA OLIVEIRA**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

**IMMER MARTINS JUNIOR**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

**JEAN DECLYER DUARTE DA SILVA**

TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO

**ELIEL TAMILO CUNHA DE LIMA**

TECNICO EM ELETROTECNICA

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. Contrato n. 62-2022-PROAD-IFRN.pdf (366.02 KB)
- Anexo II - contrato 129\_2022 - PROAD\_IFRN - CAMPUS MOSSORO.pdf (272.03 KB)
- Anexo III - Contrato 28-2022 PROAD IFRN - Campus Pau dos Ferros.pdf (147.26 KB)
- Anexo IV - Contrato 273\_2022 - Ipanguaçu.pdf (192.64 KB)

**Anexo I - 1. Contrato n. 62-2022-PROAD-IFRN.pdf**



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RN 233, Km 02, Sítio Lagoa do Clementino, S/N - Apodi/RN - CEP 59.700.000, Zona Rural, APODI / RN, CEP 59700-000

Fone: (84) 4005-4101

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Contrato nº: 062/2022- PROAD/IFRN

Pregão nº: 006/2021 (158365)

Data: 11/03/2022

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI, O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS APODI E A EMPRESA KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA**

**O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN, CAMPUS APODI**, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na RN 233, KM 02, nº 999, Lagoa do Clementino, Apodi, CEP: 59700-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0005-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **FRANCISCO DAMIÃO FREIRE RODRIGUES**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.168.834-06, e por outro lado a **KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.388.076/0001-00, sediada na Rua Aristides Inácio, 118, Sala 102, Centro, em Patu/RN doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **LEANDRO FERREIRA TOMÉ**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1627653, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 022.749.454-70, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23136.000450.2022-86** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 006/2021 (158365)**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de **direção veicular para condução dos veículos integrantes da frota oficial do campus Apodi do IFRN**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviços de direção veicular - 44h semanais (posto)	Posto	12	R\$ 4.934,77	R\$ 59.217,24
2	Diárias integrais (com pernoite)	Unid.	120	R\$ 198,49	R\$ 23.818,80
3	Diárias parciais (sem pernoite)	Unid.	180	R\$ 110,92	R\$ 19.965,60
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 103.001,64</b>	

## CLÁUSULA SEGUNDA — VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **03/04/2022** e encerramento em **03/04/2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA — PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 8.583,47 (oito mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ R\$ 103.001,64 (cento e três mil, e um reais e sessenta e quatro centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **CLÁUSULA QUARTA — DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **158371**

Fonte: **8100000000**

Programa de Trabalho: **171168**

Elemento de Despesa: **339037**

PI: **L20RLP01MAN**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA QUINTA — PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da **IN SEGES/MP** n. 5/2017.

#### **CLÁUSULA SEXTA — REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA — GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA — MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA NONA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA — SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, a **CONTRATANTE** reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão

exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — FORO**

16.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Apodi/RN, 11 de março de 2022.

**FRANCISCO DAMIÃO FREIRE RODRIGUES**  
Diretor-Geral  
**CONTRATANTE**

**LEANDRO FERREIRA TOMÉ**  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

Documento assinado eletronicamente por:

- **LEANDRO FERREIRA TOMÉ**, LEANDRO FERREIRA TOMÉ - 123105 - Diretor administrativo - Kairos Empreendimentos Ltda (09388076000100), em 14/03/2022 10:00:25.
- **Francisco Damiao Freire Rodrigues**, DIRETOR GERAL - CD0002 - DG/AP, em 11/03/2022 18:40:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/03/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 382916  
Código de Autenticação: c4453b815f



**Anexo II - contrato 129\_2022 - PROAD\_IFRN - CAMPUS  
MOSSORO.pdf**



**Ministério da Educação**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**

Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400, Conj. Ulrick Graff, 400, 240800305, MOSSORÓ / RN, CEP 59.628-330

Fone: (84) 3422-2652

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Contrato nº: 129/2022- PROAD/IFRN

Pregão nº 06/2021 (158365)

Data: 12/05/2022

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI, O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN E A KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA.**

O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS MOSSORÓ**, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na rua Raimundo Firmino de Oliveira, nº 400-A, Conjunto Ulrick Graff, Bairro Presidente Costa e Silva, Mossoró/RN, CEP: 59.628-330, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0004-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor Geral, **HÉLIO HENRIQUE CUNHA PINHEIRO**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.014.954-68, e a **KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.388.076/0001-00, sediado na rua Aristides Inácio, 118 - Sala 102 - Bairro Centro Patu-RN, CEP 59.770-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **LEANDRO FERREIRA TOME**, portador da Carteira de Identidade nº 1627653, expedida pela SSP-RN, e CPF nº 022.749.454-70, tendo em vista o que consta no Processo nº 23093.000837.2022-86 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 006/2021 (158365)** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de **direção veicular para condução dos veículos integrantes da frota oficial do Campus Mossoró do IFRN**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QT. MÊS	QT. MESES	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de direção veicular	Posto	1	12	12	R\$ 4.934,77	R\$ 4.934,77	R\$ 59.217,24
02	Diárias integrais	Unid.	10	12	120	R\$ 198,49	R\$ 1.984,90	R\$ 23.818,80
03	1/2 diárias	Unid.	15	12	180	R\$ 110,92	R\$ 1.663,80	R\$ 19.965,60
TOTAIS							R\$ 8.583,47	R\$ 103.001,64

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **01/06/2022** e encerramento em **31/05/2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 8.583,47 (oito mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 103.001,64 (cento e três mil, um real e sessenta e quatro centavos)**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **158365**

Fonte: **8100000000**

Programa de Trabalho: **171168**

Elemento de Despesa: **339037**

PI: **L20RLP01MAN**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, a **CONTRATANTE** reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte - para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Mossoró, 12 de maio de 2022.

**HÉLIO HENRIQUE CUNHA PINHEIRO**  
Diretor Geral - Campus Mossoró IFRN  
**CONTRATANTE**

**LEANDRO FERREIRA TOME**  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

Documento assinado eletronicamente por:

- Helio Henrique Cunha Pinheiro, DIRETOR GERAL - CD0002 - DG/MO, em 12/05/2022 15:15:34.
- LEANDRO FERREIRA TOMÉ, LEANDRO FERREIRA TOMÉ - 2521 - ADMINISTRADORES - Kairos Empreendimentos Ltda (09388076000100), em 13/05/2022 09:35:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/05/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 404006  
Código de Autenticação: b9acd85cba



**Anexo III - Contrato 28-2022 PROAD IFRN - Campus Pau  
dos Ferros.pdf**



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
BR 405, KM 154, Chico Cajá, PAU DOS FERROS / RN, CEP 59.900-000  
Fone: (84) 4005-4109

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Contrato nº: 028/2022- PROAD/IFRN

Pregão nº: 006/2021 (158365)

Data: 19/01/2022

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI, O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS PAU DOS FERROS E A EMPRESA KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS PAU DOS FERROS, com sede na BR 405, KM 154, bairro Chico Cajá – s/n, Pau dos Ferros/RN, CEP: 59.900-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0006-72, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **EMANUEL NETO ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.304.343-02, doravante denominada **CONTRATANTE**, e por outro lado a **KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.388.076/0001-00, sediada na Rua Aristides Inácio, 118, Sala 102, Centro, em Patu/RN doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **LEANDRO FERREIRA TOMÉ**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1627653, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 022.749.454-70, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23093.001177.2021-70** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 006/2021 (158365)**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de **direção veicular para condução dos veículos integrantes da frota oficial dos diversos campi do IFRN**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTID. ANUAL	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Prestação de serviços de direção veicular - 44h semanais (posto)	Posto	12	R\$ 4.934,77	R\$ 59.217,24
2	Diárias integrais (com pernoite)	Unid.	120	R\$ 198,49	R\$ 23.818,80
3	Diárias parciais (sem pernoite)	Unid.	120	R\$ 110,92	R\$ 13.310,40
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 96.346,44</b>

## CLÁUSULA SEGUNDA — VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 01/02/2022 e encerramento em 31/01/2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA — PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 8.028,87 (oito mil, vinte e oito reais e oitenta e sete centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 96.346,44 (noventa e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **CLÁUSULA QUARTA — DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 158374

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: 339037

PI: L20RLP01MAN

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA QUINTA — PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da **IN SEGES/MP** n. 5/2017.

#### **CLÁUSULA SEXTA — REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA — GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA — MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA NONA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela

CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e

contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — FORO**

16.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Pau dos Ferros/RN, 24 de janeiro de 2022

**EMANUEL NETO ALVES DE OLIVEIRA**  
Diretor  
**CONTRATANTE**

.....  
**LEANDRO FERREIRA TOMÉ**  
Representante Legal

## CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por:

- **LEANDRO FERREIRA TOMÉ, LEANDRO FERREIRA TOMÉ - 2521 - ADMINISTRADORES - Kairos Empreendimentos Ltda (09388076000100)**, em 25/01/2022 10:49:53.
- **Emanuel Neto Alves de Oliveira, Diretor Geral do Campus Pau dos Ferros - CD2 - DG/PF**, em 24/01/2022 17:43:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/01/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 364687

Código de Autenticação: 365093499e





Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
BR 405, KM 154, S/N, Chico Cajá, PAU DOS FERROS / RN, CEP 59.900-000  
Fone: (84) 4005-4109

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

TERMO ADITIVO Nº 016/2023 - PROAD/IFRN

CONTRATO Nº 028/2022 - PROAD/IFRN

DATA: 20/01/2023

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2022-PROAD/IFRN, QUE FAZEM ENTRE SI, O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN CAMPUS PAU DOS FERROS E A KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA**

**O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN, CAMPUS PAU DOS FERROS**, doravante denominado **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na BR 405, KM 154, Bairro Chico Cajá – S/N – Pau dos Ferros - CEP: 59.900-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0006-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **EMANUEL NETO ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.304.343-02, e a **KAIROS EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 09.388.076/0001-00, sediada na Rua Aristides Inácio, 118, Sala 102, Centro, em Patu/RN, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **LEANDRO FERREIRA TOMÉ**, portador da Carteira de Identidade nº 1627653, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 022.749.454-70, e tendo em vista o que consta no [PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23137.000035.2022-12](#), **RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, CELEBRAR O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2022-PROAD/IFRN**, o que fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por finalidade de **PRORROGAR** a vigência do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2022-PROAD/IFRN**, em observância ao **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2017/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU**.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO**

2.1. Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do **CONTRATO Nº 028/2022-PROAD/IFRN**, por **12 (doze) meses**, com termo inicial em **31 de janeiro de 2023** e termo final em **31 de janeiro de 2024**.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

3.1. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação da

vigência do contrato é de **R\$ 105.776,52 (cento e cinco mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)**.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas previstas neste Termo Aditivo ocorrerão à conta dos Recursos consignados no Orçamento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, PTRES **171168**, FONTE **08100000000**, NATUREZA DE DESPESA **339037**, PI **L20RLP01MAN** e UASG **158374**.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA**

**5.1.** Em face da prorrogação do contrato, a garantia deverá ser readequada, tendo o seu prazo e valor atualizados, e comprovada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** da assinatura do presente termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**6.1.** E, por assim se acharem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, incorporando-se, por conseguinte, ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 028/2022-PROAD/IFRN**, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições do Instrumento Contratual original.

Pau dos Ferros/RN, 20 de janeiro de 2023.

**EMANUEL NETO ALVES DE OLIVEIRA**

Diretor-Geral  
**CONTRATANTE**

**LEANDRO FERREIRA TOMÉ**

Representante Legal  
**CONTRATADA**

Documento assinado eletronicamente por:

- **Emanuel Neto Alves de Oliveira**, Diretor Geral do Campus Pau dos Ferros - CD2 - DG/PF, em 25/01/2023 17:29:35.
- **LEANDRO FERREIRA TOMÉ**, LEANDRO FERREIRA TOMÉ - 123105 - Diretor administrativo - Kairos Empreendimentos Ltda (09388076000100), em 25/01/2023 19:19:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/01/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 500645  
Código de Autenticação: 416579e7da



**Anexo IV - Contrato 273\_2022 - Ipanguaçu.pdf**



**Ministério da Educação**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**  
RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, S/N, 240470505, IPANGUAÇU / RN, CEP 59508-000  
Fone:

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Contrato nº: .273/2022 - PROAD/IFRN

Pregão nº: 003/2022 (158366)

Data: 15/12/2022

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI, O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS IPANGUAÇU E A EMPRESA JAGUARI EMPREENDIMENTOS EIRELI.**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN CAMPUS IPANGUAÇU, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na RN 118, S/N, Povoado Base Física, Ipanguaçu/RN, CEP: 59.508-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0003-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor, **JOSÉ GERALDO BEZERRA GALVÃO JÚNIOR**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 044.107.604-16 e a empresa **JAGUARI EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.519.164/0001-04, sediado(a) na Rua Padre Pinto, 718, Cidade Alta, CEP: 59.025-160, em Natal/RN doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **JAILSON GOMES TEIXEIRA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2.525.364, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 709.152.684-85, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23037.001572.2022-16** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preço nº 03/2022 (UASG 158368), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de direção veicular (MOTORISTA), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Objeto da contratação:

Item Da Licitação	Descrição/Especificação	Quantidade de postos de trabalho	Quantidade de meses	Valor mensal (R\$)	Valor anual total (12 meses)
02	Motorista	1	12	R\$ 7.217,42	R\$ 86.609,04

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses, com início 30 de janeiro de 2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**2.1.1.** Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**2.1.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.1.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**2.1.4.** Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

**2.1.5.** Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

**2.1.6.** Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.2.** A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.4.** Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1.** O valor mensal da contratação é de R\$7.217,42 (sete mil, duzentos e dezesseite reais e quarenta e dois centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 86.609,04 (oitenta e seis mil, seiscentos e nove reais e quatro centavos).**

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26435/158367;

Fonte de Recursos: 8100000000;

Programa de Trabalho: MA.20RL.171168.3;

Elemento de Despesa: 339037;

Plano Interno: L20RLP01MCN;

**4.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

**6.1.** As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**9.1.** As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**10.1.** As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

**11.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**11.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**11.1.2.** amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

**11.3.** A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**11.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.4.3.** Indenizações e multas.

**11.5.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

**11.6.** Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

**11.7.** Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, a **CONTRATANTE** reterá:

**11.7.1.** a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal no Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Ipanguaçu/RN, 15 de dezembro de 2022

**JOSÉ GERALDO BEZERRA GALVÃO JÚNIOR**

Diretor Geral

**CONTRATANTE**

**JAILSON GOMES TEIXEIRA**

Representante Legal

**CONTRATADA**

Documento assinado eletronicamente por:

- **JAILSON GOMES TEIXEIRA, JAILSON GOMES TEIXEIRA - 123105 - Diretor administrativo - Jaguari Empreendimentos Eireli (35519164000104)**, em 19/12/2022 09:17:27.
- **Jose Geraldo Bezerra Galvao Junior, DIRETOR GERAL - CD0002 - DG/IP**, em 15/12/2022 10:07:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 479924

Código de Autenticação: bf63897060

